

## Língua Portuguesa

## TEXTO

Parece haver um abismo de mútua incompreensão entre os médicos e seus pacientes. Essa distância parece aumentar. Apesar da grande maioria dos diagnósticos (70-90%) ser feita com base na história do paciente, a escuta médica é sem dúvida o ponto de maior fragilidade na medicina atual. Os médicos geralmente querem saber apenas dos fatos, interrompendo os pacientes antes da história completa.

O registro técnico, resumido, com linguagem técnica e supostamente neutra, é insuficiente para uma inter-relação que possa auxiliar a criação de narrativas que facilitem a realização de hipóteses diagnósticas e a escolha de intervenções terapêuticas que levem em conta a perspectiva do próprio paciente. No processo de criação de anamneses médicas objetivas, acabamos, muitas vezes, por desumanizar e suprimir delas aspectos que podem ser decisivos para a abordagem diagnóstica e terapêutica, além de dificultarmos a criação de uma narrativa por parte do paciente que dê sentido ao seu processo de adoecimento.

O declínio das doenças infecciosas, o envelhecimento da população e o concomitante aumento da prevalência das doenças crônicas determinam a necessidade de um novo papel do profissional de saúde, em especial do médico, na condução dos conflitos inerentes ao acompanhamento de pessoas com doenças que não têm cura, mas que muitas vezes levam a incapacidades permanentes e de longa duração.

Em relação à incompreensão médico-paciente, uma das dificuldades é, sem dúvida, a barreira de linguagem criada pela terminologia técnica entre os profissionais e os pacientes. A condição clínica do paciente é interpretada e referida a ele em uma linguagem que muitas vezes ele não entende. Na alta hospitalar, menos de 1/3 entendem de que doença eles foram tratados e menos de 1/4 que tipo de terapia receberam.

Ana Luisa Rocha Mallet. *Literatura e medicina: uma experiência de ensino*. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2014, pp. 18-19 (Adaptado)

## Questão 01

No texto, a autora discorre sobre a incompreensão entre médicos e seus pacientes.

Com relação às ideias defendidas a respeito do tema, é CORRETO inferir que

- (A) a medicina atual se fundamenta exclusivamente em exames e terapias tecnológicas no tratamento de doenças.
- (B) as anamneses e as hipóteses diagnósticas se baseiam na perspectiva narrativa completa dos pacientes.
- (C) a linguagem técnica e supostamente neutra dos médicos se deve à prevalência das doenças crônicas.
- (D) o novo papel do profissional de saúde exige o uso de uma terminologia menos técnica na inter-relação médico-paciente.

## Questão 02

Segundo a autora, a incompreensão médico-paciente dificulta a realização de hipóteses diagnósticas, por parte do médico, e o entendimento, por parte do paciente, da doença de que precisa se tratar.

Essa dificuldade de comunicação interpessoal, na medicina, deve-se à

- (A) deficiência básica da escuta médica e às longas narrativas imprecisas dos pacientes.
- (B) supressão das narrativas complexas dos pacientes e à formação técnica deficiente dos médicos.
- (C) utilização de termos técnicos pelos médicos e à falta de entendimento dessa linguagem pelos pacientes.
- (D) neutralidade rigorosa do discurso médico e à falta de capacidade de criação de narrativas por parte do paciente.

## Questão 03

No enunciado *Parece haver um abismo de mútua incompreensão entre os médicos e seus pacientes*, a figura de linguagem empregada tem o propósito de enfatizar a tese defendida no texto de que a linguagem excessivamente técnica dificulta a comunicação entre os profissionais de saúde e os pacientes.

Essa figura de linguagem é a

- (A) ironia.
- (B) hipérbole.
- (C) metonímia.
- (D) sinestesia.

## Questão 04

Entre as palavras sublinhadas nas frases, assinale aquela cujo valor sintático e morfológico se assemelha à indicada no seguinte enunciado do texto: *Na alta hospitalar, menos de 1/3 entendem de que doença eles foram tratados e menos de 1/4, que tipo de terapia receberam.*

- (A) Na medicina, a incerteza está presente todo o tempo.
- (B) O declínio das doenças infecciosas é resultado do acesso a antibióticos.
- (C) A escuta médica é sem dúvida o ponto de maior fragilidade na medicina atual.
- (D) Na narrativa do paciente, encontra-se o sentido de seu processo de adoecimento.

## Questão 05

Considerando o sentido do adjetivo *crônico*, torna-se possível definir *doenças crônicas* como aquelas que

- (A) inviabilizam qualquer hipótese diagnóstica.
- (B) incapacitam por um período de curta duração.
- (C) apresentam manifestações assintomáticas.
- (D) caracterizam-se pela longa duração.

## Questão 06

A transformação dos dois períodos indicados a seguir em um único período pode ser realizada com mudanças na redação.

*Parece haver um abismo de mútua incompreensão entre os médicos e seus pacientes. Essa distância parece aumentar.*

Assinale a alteração que mantém a correção gramatical e o sentido pretendido pela autora do texto.

- (A) Parece haver um abismo de mútua incompreensão entre os médicos e seus pacientes cuja distância parece aumentar.
- (B) Parece haver um abismo de mútua incompreensão entre os médicos e seus pacientes, contudo a distância parece aumentar.
- (C) Parece haver um abismo de mútua incompreensão entre os médicos e seus pacientes onde a distância parece aumentar.
- (D) Parece haver um abismo de mútua incompreensão entre os médicos e seus pacientes, ainda que a distância pareça aumentar.

## Questão 07

No fragmento *Em relação à incompreensão médico-paciente*, observa-se a ocorrência da crase, marcada pelo emprego do acento grave.

Nos exemplos a seguir, o único em que deveria ser empregado o acento grave é

- (A) Há muitos problemas ligados a dificuldades de comunicação.
- (B) Alguns medicamentos foram prejudiciais àquele paciente.
- (C) As enfermeiras assistem com dedicação as pacientes.
- (D) Pacientes e médicos frente a frente devem manter um diálogo cuidadoso.

## Questão 08

*O registro técnico, resumido, com linguagem técnica e supostamente neutra, é insuficiente para uma inter-relação que possa auxiliar a criação de narrativas...*

Nesse período acima, o verbo “ser” encontra-se flexionado no singular, pois

- (A) o seu sujeito é o termo “linguagem técnica”.
- (B) concorda com o predicativo “insuficiente”.
- (C) concorda com o sujeito “o registro técnico”.
- (D) o seu sujeito é o termo “inter-relação”.

## Questão 09

Sobre a sintaxe do período *Parece haver um abismo de mútua incompreensão entre os médicos e seus pacientes*, é CORRETO afirmar que o termo *abismo de mútua incompreensão* é um

- (A) complemento nominal.
- (B) complemento verbal.
- (C) adjunto adnominal.
- (D) adjunto adverbial.

## Questão 10

Considerando-se que o texto é do tipo argumentativo, é natural que nele se adotem recursos linguísticos com a intenção, por exemplo, de que o seu autor não assumira explicitamente uma posição, modalizando, assim, o seu discurso através do emprego de determinadas palavras.

No primeiro parágrafo do texto, observamos um exemplo claro desse procedimento, evidenciado no emprego do verbo

- (A) ser.
- (B) querer.
- (C) saber.
- (D) parecer.

## Regimento Interno

## Questão 11

A Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR) poderá reunir-se em outro edifício ou em ponto diverso do território estadual na hipótese de um/a

- (A) motivo relevante, ou de força maior, por deliberação da mesa, *ad referendum* da maioria absoluta dos deputados.
- (B) motivo relevante, por deliberação da mesa, *ad referendum* da maioria simples dos deputados.
- (C) motivo não relevante ou de força maior por deliberação da mesa, *ad referendum* da maioria absoluta dos deputados.
- (D) determinação do presidente da assembleia por *ad referendum* da maioria dos deputados.

## Questão 12

A direção dos trabalhos na primeira sessão preparatória no primeiro ano de cada legislatura em que se reunirão os candidatos diplomados deputados estaduais caberá ao

- (A) último presidente, se reeleito deputado e na sua falta, o deputado mais idoso dentre o maior número de legislatura ou o mais idoso entre os eleitos.
- (B) deputado eleito mais votado.
- (C) deputado mais idoso dentre os eleitos e o de maior número de legislatura.
- (D) eleito pela votação simples do deputado eleito.

## Questão 13

A eleição da mesa da assembleia, para mandato de dois anos, é realizada a partir da

- (A) eleição dos deputados.
- (B) posse dos deputados.
- (C) indicação do presidente da câmara.
- (D) votação da maioria dos deputados.

## Questão 14

A composição da mesa se dará, tanto quanto possível, observando a representação dos partidos com assento na assembleia pela sua

- (A) maioria simples.
- (B) minoria.
- (C) proporcionalidade.
- (D) maioria absoluta.

## Questão 15

A mesa diretora da Assembleia é composta por 01 presidente, além de

- (A) 03 vice-presidentes, 03 secretários e 01 corregedor geral.
- (B) 03 vice-presidentes e 02 corregedores.
- (C) 04 vice-presidentes, 04 secretários e 01 corregedor geral.
- (D) 03 vice-presidentes, 04 secretários e 01 corregedor geral.

## Questão 16

O prazo inicial para funcionamento das Comissões Especiais não poderá ultrapassar a seguinte quantidade de dias:

- (A) 120.
- (B) 90.
- (C) 60.
- (D) 30.

## Questão 17

Além de outros poderes previstos em lei e no Regimento, os membros da ALE-RR, mediante deliberação do Plenário, constituirão Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo.

Essa Comissão terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais a requerimento mínimo de

- (A) um terço.
- (B) maioria simples.
- (C) maioria absoluta.
- (D) metade.

## Questão 18

Analise estas afirmações.

- I. Os membros da mesa da Assembleia podem ser indicados líderes de bancada.
- II. As funções do membro da mesa cessarão pela renúncia.
- III. O titular de qualquer cargo da mesa diretora poderá solicitar licença apenas para tratamento de saúde.

Então, está plenamente CORRETA a seguinte alternativa:

- (A) II e III.
- (B) I.
- (C) I e II.
- (D) II.

## Questão 19

Joana D'Arc, membro efetivo de 4 comissões permanentes, terá sua candidatura a mais 4 comissões permanentes.

Sua candidatura será

- (A) deferida, pois é ilimitado o número de participações nas comissões permanentes.
- (B) indeferida, por ser vedado aos deputados serem membros efetivos de mais de 6 comissões permanentes.
- (C) deferida, já que só é vedada a participação em mais de 8 comissões permanentes.
- (D) indeferida, pois é vedado a um deputado ser membro efetivo.

## Questão 20

A iniciativa do projeto de lei caberá nos termos da Constituição do Estado e do Regulamento interno, EXCETO pelo/s

- (A) Governador do Estado.
- (B) cidadãos.
- (C) Prefeito do Município.
- (D) Presidente do Tribunal de Justiça.

## Conhecimentos Específicos

## Questão 21

A Constituição Federal, no Artigo 37, preceitua que a Administração Pública obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Também existem princípios que por nortear a atividade administrativa, informam e fundamentam o Direito Administrativo. Um princípio do Direito Administrativo estabelece que a Administração Pública esteja obrigada a policiar, em relação ao mérito e à legalidade, os atos administrativos que pratica, cabendo assim retirar do ordenamento jurídico os atos inconvenientes e inoportunos e os ilegítimos.

Trata-se do princípio da

- (A) autotutela.
- (B) indisponibilidade.
- (C) eficiência.
- (D) finalidade.

## Questão 22

Os atributos são prerrogativas conferidas à Administração Pública, das quais os particulares normalmente não desfrutam, para que possam alcançar os seus fins no exercício da função administrativa.

Com base nessa afirmativa, o atributo do ato administrativo que diz respeito à qualidade que certos atos administrativos têm para constituir situações de observância obrigatória, em relação aos seus destinatários, independente da respectiva concordância ou aquiescência, é considerado

- (A) presunção de legitimidade.
- (B) exigibilidade.
- (C) autoexecutoriedade.
- (D) imperatividade.

## Questão 23

As pessoas físicas que prestam serviços à Administração Pública por *vontade própria*, por *compulsão*, ou com a sua *concordância*, exercem, portanto, função pública, ainda que, algumas vezes, esse exercício seja esporádico.

Essas pessoas são uma espécie de agentes públicos considerados

- (A) políticos.
- (B) colaboradores.
- (C) servidores públicos.
- (D) temporários.

## Questão 24

Conforme preceitua a Constituição Federal, no Artigo 41, §3º, extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável

- (A) será demitido do cargo.
- (B) ficará em disponibilidade, com remuneração integral ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- (C) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- (D) ficará sem remuneração até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

## Questão 25

O regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos está regulamentado pela Lei federal Nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. No caso da concessão de serviço público, está ordenado explicitamente que o respectivo contrato será celebrado por prazo determinado. Portanto, esse tipo de serviço público não pode ser pactuado sem prazo ou por prazo indeterminado.

Destas situações elencadas, a afirmativa CORRETA é a que, segundo a referida norma,

- (A) apenas exige um prazo.
- (B) fixa esse prazo de concessão.
- (C) menciona o prazo máximo de duração da concessão.
- (D) menciona o prazo mínimo de duração da concessão.

## Questão 26

Por conceito, os Bens públicos são todos aqueles que, de qualquer natureza e a qualquer título, pertencem às pessoas jurídicas de direito público, sejam elas federativas, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, sejam da Administração descentralizada, como as autarquias, nelas incluindo-se as fundações de direito público e as associações públicas.

No âmbito da classificação, os bens públicos que são de *uso comum do povo*, de *uso especial* e os *dominicais* são reconhecidos quanto ao critério da

- (A) titularidade.
- (B) destinação.
- (C) disponibilidade.
- (D) exceção.

## Questão 27

De acordo com o Artigo 24, §1º, da Lei de Acesso à Informação (Lei federal Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), conforme classificação prevista como reservada, terá como prazo máximo de restrição de acesso à informação, o seguinte número de anos:

- (A) 05 (cinco).
- (B) 10 (dez).
- (C) 15 (quinze).
- (D) 25 (vinte e cinco).

## Questão 28

A Lei federal Nº8.429/1992 caracteriza os atos de improbidade administrativa. Dos atos de improbidade relacionados a seguir, o único que NÃO caracteriza ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública é

- (A) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.
- (B) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.
- (C) ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
- (D) descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.

## Questão 29

A Administração Pública necessita, para realizar suas aquisições de bens e contratações de serviços, utilizar a Lei de Licitações e Contratos administrativos (Lei federal Nº 8.666/93), norma reguladora que deve ser adotada no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Determinadas situações podem ser aplicadas pela Administração Pública, não necessitando realizar licitação.

À luz da referida Lei, as circunstâncias listadas a seguir são consideradas como dispensáveis à licitação, EXCETO

- (A) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- (B) para contratação de profissional de qualquer setor Artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (C) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- (D) na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.

## Questão 30

Para que a Administração Pública realize suas contratações de serviços e a aquisição de bens, utilizando o Sistema de Registro de Preços (SRP), aplicando o Decreto Federal Nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, assinale a modalidade de licitação permitida.

- (A) Concorrência ou Pregão
- (B) Convite ou Pregão
- (C) Tomada de Preços ou Concorrência
- (D) Pregão ou Tomada de Preços

## Questão 31

No processo histórico evolutivo das constituições brasileiras, o voto feminino foi previsto expressamente pela primeira vez na constituição de

- (A) 1824.
- (B) 1891.
- (C) 1934.
- (D) 1937.

## Questão 32

NÃO se trata de um direito social, consagrado constitucionalmente, a/o

- (A) alimentação.
- (B) lazer.
- (C) propriedade.
- (D) proteção à maternidade e à infância.

## Questão 33

Acerca das cláusulas pétreas da Constituição da República, assinale a afirmativa CORRETA.

- (A) A forma federativa do estado trata-se de uma cláusula pétrea de reforma.
- (B) A existência de voto direto, secreto, universal e periódico configura uma cláusula pétrea.
- (C) A separação dos poderes não se trata de cláusula pétrea, pois já tivemos no Brasil o poder moderador.
- (D) As emendas constitucionais legitimam as cláusulas pétreas.

## Questão 34

De acordo com a Constituição Federal, o ensino religioso no Brasil é

- (A) de matrícula facultativa nas escolas públicas de ensino fundamental.
- (B) de matrícula obrigatória, somente no ensino médio.
- (C) uma possibilidade inexistente, pois o Estado brasileiro é laico.
- (D) de matrícula facultativa na escola pública e privada.

## Questão 35

Com base no Art.5º da Constituição federal, analise os direitos relacionados a seguir.

- I. É assegurado o direito de herança.
- II. É assegurado o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- III. É garantido o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem, aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas.
- IV. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

Logo, pode-se afirmar que a alternativa que contempla plenamente todos os itens CORRETOS é

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I, II, III.
- (D) I, II, III, IV.

## Questão 36

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo em diversos aspectos, contudo nossa Constituição prega a igualdade formal no Art. 5º.

Sendo assim, a seguinte situação é um mecanismo legal de privilégio:

- (A) todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.
- (B) a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.
- (C) proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
- (D) os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

## Questão 37

O poder de julgamento de autoridades, pelo cometimento de crimes de responsabilidade, é uma das funções atípicas do senado federal.

- Diante disto, em caso de condenação, é CERTO que
- (A) um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) pode perder o seu cargo e, conseqüentemente, as suas funções.
  - (B) um governador de estado pode ser suspenso de suas atividades por um prazo de até 180 (cento e oitenta dias).
  - (C) o Vice-presidente da República pode ser condenado de 1 a 4 anos de prisão e ao pagamento de multa.
  - (D) um deputado federal pode perder o seu mandato.

## Questão 38

Na inteligência do Art. 40 §3º da CRFB/88, *in verbis*, *Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este Artigo e o Art. 201, na forma da lei.*

Para cálculo dos proventos do servidor inativo será tomada como base a remuneração dos servidores ativos. Sendo assim, e segundo o entendimento sumulado pelo STF, somente serão EXCLUÍDAS, necessariamente, as/os

- (A) adicionais de atividade penosa.
- (B) gratificações incorporadas ou não.
- (C) adicionais de atividade insalubre.
- (D) verbas de caráter indenizatório.

## Questão 39

Um Deputado Federal, parlamentar com forte alinhamento com as forças armadas, apresentou a seus pares um projeto de lei, propondo o aumento de 50% na remuneração dos militares das forças armadas. O projeto de lei apresentava como justificava a constante utilização das forças armadas na segurança pública dos estados, fazendo com que os militares acabassem exercendo funções que iriam além de seu treinamento e preparo. O referido projeto foi submetido ao regular sistema bicameral, vindo a ser aprovado com facilidade em ambas as casas. Por fim, o projeto de lei, aprovado pelo congresso, foi sancionado pelo presidente da república.

Assinale a alternativa que responde corretamente ao questionamento de que a referida matéria está de alguma forma viciada.

- (A) Não, ainda que sendo uma matéria de iniciativa exclusiva do presidente da república, a ulterior sanção presidencial convalida o vício de iniciativa. Dessa forma, a lei é constitucional.
- (B) Sim, sendo uma matéria de iniciativa exclusiva do presidente da república, a ulterior sanção presidencial não convalida o vício de iniciativa. Dessa forma, a lei é inconstitucional.
- (C) Não, a lei não conta com nenhum vício aparente, pois qualquer Deputado Federal tem competência para apresentar projeto de lei e o presidente pode sancionar, a seu próprio juízo. Dessa forma, a lei é constitucional.
- (D) Sim, porque a iniciativa de leis que versem sob o aumento da remuneração dos militares é privativa de pelo menos um 1/3 dos membros da Câmara ou do Senado.

## Questão 40

A sessão do Congresso Nacional em que Deputados e Senadores se reúnem para debater determinado assunto e, ao final, votam simultaneamente, mas cuja deliberação é tomada de forma separada, é conhecida como sessão

- (A) bicameral.
- (B) unicameral.
- (C) conjunta.
- (D) plenária.

## Questão 41

Com relação ao tema Responsabilidade Tributária, é CORRETO afirmar que

- (A) finda a arrematação ocorrida em leilão, não pode o Fisco exigir qualquer diferença de crédito tributário do arrematante.
- (B) a pessoa natural ou jurídica que adquirir fundo de comércio de outra e continuar sua exploração fica pessoal e integralmente responsável pelos tributos devidos até a data da aquisição.
- (C) a responsabilidade dos sócios em matéria tributária será sempre pessoal nos casos em que a pessoa jurídica não tenha bens suficientes para o pagamento do crédito tributário.
- (D) o Espólio será responsável tributário pelos fatos geradores ocorridos após a morte do *de cujus*.

## Questão 42

Acerca das limitações constitucionais ao poder de tributar, estabelecidas pela Constituição Federal, pode-se afirmar que

- (A) considerando a relevância de alguns cargos políticos, a concessão de benefícios fiscais não viola o princípio da isonomia tributária.
- (B) o princípio da irretroatividade pode ser excepcionado sempre que uma lei nova traga redução de um tributo, favorecendo o contribuinte.
- (C) é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituírem impostos e taxas relacionados com seu patrimônio, renda e serviços.
- (D) a União, enquanto pessoa jurídica de direito público interno, não pode conceder isenções heterônomas.

## Questão 43

A Constituição Federal reservou à Lei Complementar a definição de alguns temas em matéria tributária.

Assinale a alternativa que se encontra inserida nessa regra.

- (A) Definir o fato gerador, base de cálculo e alíquotas dos impostos e das taxas.
- (B) Instituir o Imposto Territorial Rural e seus benefícios fiscais.
- (C) Definir alíquotas mínimas dos impostos estaduais.
- (D) Estabelecer regras sobre prescrição e decadência.

## Questão 44

Segundo entendimento do STF, dentro das atividades inerentes à segurança pública, encontram-se presentes a prevenção e o combate a incêndios, que devem ser prestadas exclusivamente pelo Poder Público.

Assim, a Corte passou a reconhecer que esse serviço

- (A) pode ser prestado pelos Estados membros que têm competência para instituir taxas, considerando que ele passa a ser divisível no momento em que é prestado ao contribuinte.
- (B) pode ensejar a instituição de taxa tanto por Estados quanto pelos Municípios, já que esses últimos são responsáveis pela fiscalização das construções e pela concessão de alvarás e, portanto, pela identificação do cumprimento das normas de segurança e combate a incêndios.
- (C) por fazer parte da segurança pública, não pode ser prestado de forma individualizada a contribuintes, por isso, é inconstitucional a instituição de taxas de incêndio, tanto pelos Estados como pelos Municípios.
- (D) por ser dos Estados Membros a atribuição constitucional de combate a incêndios, só eles têm competência para a instituição de taxa pela prestação de serviços que sempre são colocados à disposição dos contribuintes.

## Questão 45

A alternativa que assegura ao contribuinte o direito de obter Certidão Positiva de Débito com Efeito de Negativa é a seguinte:

- (A) quando apesar de declarado o tributo devido e não pago, o contribuinte ainda não tenha sido intimado sobre a inscrição do referido crédito tributário em Dívida Ativa.
- (B) quando o contribuinte tenha impetrado mandado de segurança, ainda que a liminar não tenha sido concedida pelo juízo.
- (C) nos casos em que houver penhora de bens do contribuinte no valor equivalente ao total do débito exequendo.
- (D) após o encerramento do processo administrativo fiscal, mas antes da execução fiscal.

## Questão 46

Considerando o Princípio da Legalidade estrita quanto à instituição, majoração e redução de tributos, é CORRETO afirmar que

- (A) é constitucional a fixação de alíquotas do ICMS monofásico incidente sobre combustíveis através de convênio específico.
- (B) a majoração e atualização do valor monetário da base de cálculo do IPTU somente pode ocorrer por meio de lei específica.
- (C) a majoração das alíquotas CIDE-Combustível, na forma prevista na Constituição Federal, pode ocorrer por ato do executivo.
- (D) o aumento das alíquotas de PIS e COFINS pode ser feito por Portaria do Ministro da Fazenda.

## Questão 47

Quanto ao tema receitas públicas, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
- (B) A concessão de crédito presumido por não representar renúncia de receita está dispensada do cumprimento das exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (C) As transferências voluntárias da receita serão suspensas sempre que um ente da federação deixe de instituir algumas das espécies tributárias que estejam em sua competência constitucional.
- (D) A Receita Corrente Líquida deve ser considerada sempre que houver um projeto de lei que pretenda instituir alguma das formas de renúncia de receita.

## Questão 48

Diante da grave crise financeira e dos custos de se regularizar uma atividade empresarial, um casal decide ingressar no comércio de revenda de sapatos de forma irregular como forma de gerar uma renda extra para família.

Considerando essa situação, é possível afirmar que, de acordo com o Código Tributário Nacional,

- (A) a empresa em questão não poderá ser considerada contribuinte dos tributos incidentes sobre a revenda de mercadorias por não possuir CNPJ.
- (B) se os sócios estiverem regularmente inscritos no CPF e desenvolverem atividade lícita, poderá ser reconhecida a capacidade tributária da empresa em questão.
- (C) a empresa em questão somente estará sujeita à incidência fiscal se, no prazo de 30 dias após a notificação do Fisco, deixar de proceder às medidas necessárias para a regularização de sua empresa.
- (D) basta que tal negócio configure uma unidade econômica, mesmo sem estar regularmente constituída, para que fique configurada a sua capacidade tributária passiva.

## Questão 49

Um projeto de lei do Estado de Roraima, com a intenção de buscar a recuperação de receita tributária, prevê o cancelamento de multas já lançadas em decorrência do não pagamento do IPVA dos anos de 2015 a 2017, nos casos em que o contribuinte vier a realizar o pagamento do imposto até a data prevista no referido projeto.

Pode-se afirmar que será instituída uma espécie de

- (A) anistia.
- (B) isenção.
- (C) remissão parcial.
- (D) moratória.

## Questão 50

O Supremo Tribunal Federal, recentemente, manifestou-se sobre a extensão do conceito de faturamento para fins de apuração da base de cálculo de PIS e COFINS, passando a compreender que não poderia estar inserido na base de cálculo o valor recolhido a título de

- (A) imposto de renda.
- (B) imposto sobre circulação de mercadoria e serviços.
- (C) imposto sobre produtos industrializados.
- (D) imposto de importação.

Anote no quadro abaixo suas respostas e destaque esta folha do Caderno de Questões. Esta folha é sua!

Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8	Q9	Q10

Q11	Q12	Q13	Q14	Q15	Q16	Q17	Q18	Q19	Q20

Q21	Q22	Q23	Q24	Q25	Q26	Q27	Q28	Q29	Q30

Q31	Q32	Q33	Q34	Q35	Q36	Q37	Q38	Q39	Q40

Q41	Q42	Q43	Q44	Q45	Q46	Q47	Q48	Q49	Q50